



Deputado Único Representante do Partido LIVRE

Projeto de Lei n.º 169/XV/1.ª

Alarga os direitos de parentalidade no âmbito do Código do Trabalho, reforçando os direitos das crianças e reforçando a igualdade de género na parentalidade (23.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, do Código do Trabalho)

Exposição de motivos

A Licença de Parentalidade é uma pedra basilar do Estado Social em Portugal. A garantia a, por nascimento ou adoção de um filho, uma licença parental que permita aos progenitores estar 100% presentes e focados nos primeiros tempos da vida de uma criança é um direito não só dos pais e das mães, mas também das crianças. Este direito está consagrado na lei portuguesa, mas o LIVRE considera que este pode e deve ser reforçado, na lógica de reforço e adaptação do Estado Social aos desafios que enfrentamos no século XXI.

Aumentar o tempo de licença de parentalidade para mães e pais configura um reforço importante do Estado Social de particular importância tendo em conta os desafios demográficos que o país enfrenta. Os portugueses têm menos filhos do que gostariam de ter, segundo o relatório "O Poder de Escolha - direitos reprodutivos e transição demográfica" do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Essa restrição tem várias causas, entre as quais a dificuldade na conciliação entre a vida familiar e a profissional ou a falta ou custo de cuidados infantis. O aumento da duração das licenças é benéfico para pais e mães, para as próprias crianças e para o país como um todo, ao permitir melhorar a natalidade, uma preocupação tantas vezes levantada no debate político e parlamentar, mas tantas vezes relegada para segundo plano na hora da verdade.

Para além do aumento da duração do tempo das licenças, importa também assegurar e incentivar a sua justa repartição entre progenitores, promovendo uma maior igualdade de género na repartição do tempo de vida familiar e vida profissional. De forma a garantir este equilíbrio, aumentar o tempo de licença exclusiva dos pais e possibilitar mais tempo de licença em comum entre ambos os

progenitores nos primeiros meses de vida da criança afigura-se como um incentivo óbvio a que exista uma repartição mais justa dos encargos da parentalidade, promovendo condições de reforço do apoio mútuo entre progenitores e uma maior presença de ambos nesta tão importante fase inicial da vida de uma criança.

Através do presente Projeto de Lei, o LIVRE propõe reforçar de forma mais acentuada os tempos das licenças de parentalidade nos casos de existência de deficiência de um dos progenitores, ou da própria criança, assegurando também assim um dos princípios básicos do Estado Social, de proteção àqueles e àquelas que dela mais necessitam. Este Projeto de Lei visa ainda aumentar o tempo da licença de aleitação para que qualquer criança até aos 3 anos tenha direito a que os pais tenham redução do horário de trabalho, independentemente de ser amamentada ou não.

O LIVRE entende que todos estes reforços às Licenças de Parentalidade - através de uma alteração ao Código do Trabalho - são justos e coerentes com aquilo que é a defesa e o reforço do Estado Social, a promoção de políticas de natalidade que tenham verdadeiro impacto na vida dos progenitores e das crianças e com um modelo de sociedade que dê verdadeiro valor ao tempo de todas as pessoas e ao bem-estar das suas crianças.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o deputado do LIVRE apresenta o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1.º

Objeto

A presente Lei procede à vigésima terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual.

Artigo 2.º

Alteração ao Código do Trabalho

Os artigos 40.º, 43.º e 47.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

Artigo 40.º

Licença parental inicial

1 - A mãe e o pai trabalhadores têm direito, por nascimento de filho **e independentemente do tempo de prestação de trabalho efetivo ou equivalente a exercício de funções**, a licença parental inicial de 120 **a 360** dias consecutivos, cujo gozo podem partilhar após o parto, sem prejuízo dos direitos da mãe a que se refere o artigo seguinte.

2 - O gozo da licença referida no número anterior pode ser usufruído em simultâneo pelos progenitores entre os 120 **e os 360 dias**.

3 - A licença referida no n.º 1 é acrescida:

a) em 30 dias, no caso de cada um dos progenitores gozar, em exclusivo, um período de 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias consecutivos, após o período de gozo obrigatório pela mãe a que se refere o n.º 2 do artigo seguinte.

b) em 60 dias, no caso de cada um dos progenitores gozar igual número de dias de licença parental.

4 - (...)

5 - (...)

6 - (...)

7 - (...)

8 - (...)

[Novo] 9 - No caso de deficiência, da criança ou de um dos progenitores, a licença referida no n.º 1 é acrescida em 30 dias.

[renumeração dos seguintes]

Artigo 43.º

Licença parental exclusiva do pai

1 - (...)

[Novo] 2 - No caso do nascimento da criança com deficiência, a licença referida no n.º1 é acrescida de 20 dias úteis.

[renumeração dos seguintes]

3 - Após o gozo da licença prevista no n.º 1, o pai tem ainda direito a **cem dias** de licença, seguidos ou interpolados, **que podem ser** gozados em simultâneo com o gozo da licença parental inicial por parte da mãe.

4 - No caso de nascimentos múltiplos, à licença prevista nos números anteriores acrescem **cinco** dias por cada gémeo além do primeiro.

5 - (...)

6 - (...)

Artigo 47.º

Dispensa para amamentação ou aleitação

1 - (...)

2 - No caso de não haver amamentação, desde que ambos os progenitores exerçam actividade profissional, qualquer deles ou ambos, consoante decisão conjunta, têm direito a dispensa para aleitação, até o filho perfazer **três anos**.

3 - (...)

4 - No caso de nascimentos múltiplos, a dispensa referida no número anterior é acrescida de mais **uma hora** por cada gémeo além do primeiro.

[NOVO] 5 - No caso dos progenitores partilharem a dispensa para aleitação, a dispensa referida no número anterior é acrescida de mais 30 minutos para cada progenitor.

[renumeração dos seguintes]

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no início do ano civil seguinte ao da sua publicação.

O Deputado Único do Partido LIVRE

Rui Tavares